Silos e Terminal Granaleiro da Matota, SA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

ÍNDICE

	Página
Relatório da Gestão	1 – 3
Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração	4
Relatório do auditor independente	5 – 7
Balanço	8
Demonstração dos resultados	9
Demonstração de fluxos de caixa	10
Demonstração das variações no capital próprio	11
Notas às demonstrações financeiras	12 – 41

Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A.
RELATÓRIO DE GESTÃO
Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

---

1. Desempenho Económico-Financeiro

No exercício económico de 2021 a STEMA, SA registou um prejuízo de 101.494.202,75MT contra um resultado negativo planificado de 22.170.080,00MT. Este nível de redução do prejuízo é explicado, por um lado, pelo nível do volume de carga facturada que se situou em 576.055 toneladas, o correspondente a uma execução de 73% do planificado, reflectindo a fraca arrecadação de receitas. Por outro lado, a empresa suportou despesas elevadas com o aumento de Outros Gastos e Perdas Operacionais e Gastos e Perdas Financeiras que se situaram em 31,334,782,00MT e 54.726.747,50MT correspondentes a um aumento de 2230,7% e 10,2% acima do planificado. Ainda neste período foram reconhecidas Perdas em Investimento de Capital em Alienação e Abates no valor de 9.041.450,00MT e 6.676.725,83MT, respectivamente.

No presente exercício foram registados adicionalmente outros gastos operacionais, no montante de 11 787 356,65MT resultantes da transferência das contabilizações na conta de investimentos em curso dos estudos e projectos de expansão da capacidade, consultoria e fiscalização para construção de parque de estacionamento, melhoria do Bloco Administrativo e construção de drenagem de águas pluviais, pelo facto de se ter adiado a materialização dos projectos.

No exercício económico em análise, foram feitas regularizações do imobilizado resultante das diferenças do mapa do imobilizado e da contabilidade dos anos anteriores, avaliados em 3.796.543,00MT. Estas regularizações caracterizaram-se em reclassificações e ajustamentos, que afectaram os resultados.

O grau de solvabilidade deteriorou passando de 0,25% positivo em 2020 para 24,94% negativo em 2021 e o grau de Autonomia Financeira passou de 0,25% positivo em 2020 para 33,20 negativo em 2021. Estes níveis de deterioração reflectem o não reconhecimento dos juros resultantes do empréstimo pós incêndio em 2015 nas contas da empresa.

No exercício em análise o capital próprio da Sociedade representa menos da metade do capital social, ou seja, o capital próprio a 31-12-2021 é **(100.457.531,16MT)** é menor que **122.967.500,00MT** que é a metade do capital social, o que coloca a Sociedade perante o previsto no artigo 119º do Código Comercial. Esta situação é resultante da acumulação de prejuízos de 2018 a 2021.

Silos e Terminal Granaleiro da Matota, SA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

ÍNDICE

	Página
Relatório da Gestão	1 – 3
Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração	4
Relatório do auditor independente	5 – 7
Balanço	8
Demonstração dos resultados	9
Demonstração de fluxos de caixa	10
Demonstração das variações no capital próprio	11
Notas às demonstrações financeiras	12 – 41

Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A.
RELATÓRIO DE GESTÃO
Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

---

1. Desempenho Económico-Financeiro

No exercício económico de 2021 a STEMA, SA registou um prejuízo de 101.494.202,75MT contra um resultado negativo planificado de 22.170.080,00MT. Este nível de redução do prejuízo é explicado, por um lado, pelo nível do volume de carga facturada que se situou em 576.055 toneladas, o correspondente a uma execução de 73% do planificado, reflectindo a fraca arrecadação de receitas. Por outro lado, a empresa suportou despesas elevadas com o aumento de Outros Gastos e Perdas Operacionais e Gastos e Perdas Financeiras que se situaram em 31,334,782,00MT e 54.726.747,50MT correspondentes a um aumento de 2230,7% e 10,2% acima do planificado. Ainda neste período foram reconhecidas Perdas em Investimento de Capital em Alienação e Abates no valor de 9.041.450,00MT e 6.676.725,83MT, respectivamente.

No presente exercício foram registados adicionalmente outros gastos operacionais, no montante de 11 787 356,65MT resultantes da transferência das contabilizações na conta de investimentos em curso dos estudos e projectos de expansão da capacidade, consultoria e fiscalização para construção de parque de estacionamento, melhoria do Bloco Administrativo e construção de drenagem de águas pluviais, pelo facto de se ter adiado a materialização dos projectos.

No exercício económico em análise, foram feitas regularizações do imobilizado resultante das diferenças do mapa do imobilizado e da contabilidade dos anos anteriores, avaliados em 3.796.543,00MT. Estas regularizações caracterizaram-se em reclassificações e ajustamentos, que afectaram os resultados.

O grau de solvabilidade deteriorou passando de 0,25% positivo em 2020 para 24,94% negativo em 2021 e o grau de Autonomia Financeira passou de 0,25% positivo em 2020 para 33,20 negativo em 2021. Estes níveis de deterioração reflectem o não reconhecimento dos juros resultantes do empréstimo pós incêndio em 2015 nas contas da empresa.

No exercício em análise o capital próprio da Sociedade representa menos da metade do capital social, ou seja, o capital próprio a 31-12-2021 é **(100.457.531,16MT)** é menor que **122.967.500,00MT** que é a metade do capital social, o que coloca a Sociedade perante o previsto no artigo 119º do Código Comercial. Esta situação é resultante da acumulação de prejuízos de 2018 a 2021.

Com o suprimento do capital social por conta da expectativa do pagamento de 50% da dívida do BNI e os seus respectivos juros pelos Accionistas, a situação melhora, mas não alcança o nível desejado: O capital social passará para **361.288.000,40 MT**, o capital próprio melhora para **14.895.469,24 MT,** mas continua abaixo da metade do capital social no valor de **180.644.000.20 MT** desde que a entidade não acumula prejuízos.

Em consequência dos resultados acima mencionados, a empresa reduziu a sua capacidade de honrar com as suas obrigações de curto e médio prazo.

Não obstante o prejuízo alcançado, o ano de 2020 foi caracterizado pelos esforços notáveis tais como:

- Redução da Dívida do BNI de 149.042.523,62MT para 129.248.357,47MT;
- Venda de casa 2C na vila Sol pelo valor de 24.000.000,00MT;
- Pagamento de parte da dívida para com os CFM, no valor de 4.355.527,42MT;
- Pagamento de parte da dívida com as seguradoras, no valor de 2.987.047,75MT;
- Ajuste de Tarifas de venda de serviços de recepção e manuseio de produtos de USD 9,5 para USD 11,5
- Retoma de Operações com a CDM e desta feita com a recepção de malte por via marítima
- Captação de Novos Clientes (Heineken e Higest);
- Formação em Ética;
- Marketing para captação de operações de Expedição;
- Desenvolvimento de esforços com recursos a capitais próprios para a reparação e manutenção de equipamentos básicos como montagem de um gear box novo no BC10, união de tapete transportador do BC3, Reparação do Motor de Bobcat, reparação das fases de média tensão e reparação de diversas máquinas;
- Lançada a nova página web da STEMA, SA;
- Uso massivo de plataformas informáticas de comunicação durante o período da pandemia da COVID-19 (por exemplo, da Microsoft Teams);
- Instalação da fibra óptica que interliga os blocos administrativos, permitindo maior fluidez na comunicação entre os departamentos
- Realizadas actualizações de vários *softwares de gestão, designadamente PHC-ERP, SUITE da Microsoft Office 365 e Sistemas de Segurança de Informação.*

2. Enquadramento Macroeconómico

A nível nacional, a conjuntura macroeconómica foi adversa influenciada pela desaceleração da actividade económica e social causada pela pandemia da COVID-19, instabilidade militar nas zonas centro e norte, redução do fluxo de investimento Directo Estrangeiro e redução do volume de importações e exportações.

3. Perspectivas para 2022

Tendo em conta o fraco nível do desempenho económico-financeiro em 2021, a empresa antevê continuar a concertar esforços em actividades que possibilitem o aumento do nível de negócios e estabilidade económico-financeira:

- Continuar a desenvolver actividades para a materialização de expedição marítima;
- Continuar a realizar investimentos em manutenções com recurso a fundos próprios;
- Continuar a envidar esforços para reduzir a dívida bancárias através de receitas próprios e da venda do imóvel da Vila Sol;
- Reduzir a dívida com os fornecedores;
- Continuar a dialogar com os CFM para se encontrar um meio termo para o pagamento das dívidas acumuladas e possível redução das taxas de Royalties;
- Continuar a trabalhar com o IGEPE para o suprimento de capital, resultante da contrapartida de aceitação da dívida;
- Continuar a envidar esforços para a redução de gastos, sempre que possível;
- Continuar a desenvolver acções com vista a consolidação de parcerias com capacidade de atracação de mais negócio da vizinha RAS.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela preparação, integralidade e apresentação apropriada das demonstrações financeiras da **Silos e Terminal Graneleiro da Matola, SA.**

As demonstrações financeiras foram auditadas pelos auditores independentes, Deloitte & Touche Moçambique, aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos da empresa e respectiva documentação suporte assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião dos referidos auditores independentes está apresentada nas páginas 6 e 8.

As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2021 constantes das páginas 9 a 42 foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro para as empresas de grande e média dimensão (PGC-NIRF).

O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras.

Com base em previsões e recursos financeiros disponíveis, à excepção da empresa CFM, o Conselho de Administração não tem conhecimento de qualquer razão que possa pôr em causa a continuidade da empresa num futuro previsível não obstante a redução do capital social da empresa para menos da metade resultante de prejuízos acumulados.
A Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta, certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adecuadamente os activos da empresa. Os controlos internos são monitorados pela administração e pelos empregados da empresa com a necessária segregação de autoridade e funções. Os procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas e acções correctivas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa em 06 de Junho de 2022 e assinadas pelos seus representantes:

Prof. Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo
Presidente do Conselho de Administração

Engª Odete da Conceição Mondlane Tsamba
Administradora Executiva

Dr. Brighton Olímpio Vaz
Administrador Executivo

Dr. Abel Gabriel Mabunda
Administrador Não-Executivo

Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
(Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No: 5917
Rua dos Desportistas, 833
Predio JAT V-1 3 Andar

Tel: +258 21320955
Tel: +258 20600100
Mobile: +258 84 3033290
Mobile: +258 82 3033290
contactdeloitte@deloitte.co.mz
www.deloitte.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da Silos e Terminal Graneleiro da Matola S.A. (STEMA)

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da Silos e Terminal Graneleiro da Matola S.A. (a Sociedade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 e a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas, conforme páginas 8 a 41.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção Bases para a Opinião com Reservas deste relatório, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Silos e Terminal Graneleiro da Matola S.A. em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a opinião com reservas

O STEMA não efectuou um estudo sobre a imparidade das suas unidades geradoras de caixa. De acordo com a NCFR 18, uma entidade deve avaliar no fim de cada período contabilístico se existe indicação de que um activo pode estar em imparidade. Caso o STEMA tivesse feito esta avaliação, os activos das demonstrações financeiras anexas teriam sido afectados. Como resultado, os activos da entidade estão sobreavaliados num montante que não podemos estimar, consequentemente, os efeitos nas demonstrações financeiras da falta da avaliação não foram determinados.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Chamamos a atenção para os seguintes factos:

a) Conforme divulgado na Nota 3.4 às demonstrações financeiras, a Sociedade teve um resultado líquido negativo de 101 494 202 Meticais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 (2020: 87 860 056 Meticais) e, naquela data, o passivo corrente excede o activo corrente em 191 399 102 Meticais (2020: 162 651 014 Meticais).

b) Sociedade perante a situação prevista no artigo 119º do Código Comercial, tornando-se imperativa a aprovação de medidas pela Assembleia Geral que impeçam a aplicação das acções previstas no referido artigo.

Directors: MJ Jarvis MR Vester J Machado
Associate of Deloitte Africa, a Member of Deloitte Touche Tohmatsu Limited

c) A Nota 3.4 refere que o Accionista está a levar a cabo um estudo sobre a situação financeira e operacional da empresa e em função dos resultados aventa-se a possibilidade de venda de Participação Social do Estado na STEMA, SA, para um parceiro com capacidade de angariar negócios.

Estas condições indicam que existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade em se manter em continuidade.

A continuidade das suas operações, pressuposto assumido na preparação das demonstrações financeiras, encontra-se dependente da obtenção de recursos financeiros por parte dos Accionistas e/ou de instituições financeiras, bem como da realização de operações lucrativas no futuro. Conforme divulgado na nota 3.4 às demonstrações financeiras, as medidas de mitigação do risco de não se manter em continuidade incluem:

a) Promover a injecção do capital com vista a conformar o capital próprio com o artigo 119 do Código Comercial;

b) Reduzir e reestruturar o nível das despesas financeiras, através da redução da dívida com o Moza Banco com a venda da casa hipotecada a este financiamento;

c) Reduzir a divida com os fornecedores;

d) Aumentar o volume de negócios da empresa (angariar clientes na região para exportações) e optimizar os custos das operações.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

Outra Informação

A gerência é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório de gestão, páginas 1 a 3, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação. No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da Gerência e do Conselho de Administração

A gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o PGC-NIRF, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a gerência é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela gerência.

- Concluímos sobre a apropriação do uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Sociedade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 08 de Julho de 2022

Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada
Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SCA/OCAM/2014, representada por:

Aneliya Nikolova
Partner
Auditora Certificada nº 56/CA/OCAM/2014

SILOS E TERMINAL GRANELEIRO DA MATOLA, S.A.
BALANÇO
Em 31 de Dezembro de 2021
(Valores expressos em Meticais)

	Notas	2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente		**221 437 962**	**326 473 019**
Activos tangíveis	6	221 437 962	315 150 866
Activos intangíveis	7	-	11 322 153
Activo corrente		**81 298 439**	**93 796 452**
Inventário	8	11 432 198	11 157 266
Clientes	9	5 164 328	12 241 465
Outros activos financeiros	10	998 249	2 500 348
Impostos a recuperar	26.4	19 122 322	18 859 202
Outros activos correntes	11	1 285 424	606 820
Caixa e bancos	12	43 295 918	48 431 351
TOTAL DO ACTIVO		**302 736 401**	**420 269 471**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio		**(100 457 531)**	**1 036 672**
Capital social	13	245 935 000	245 935 000
Reservas		161 813 470	161 813 470
Resultados acumulados		(508 206 001)	(406 711 798)
Passivo não corrente		**130 496 391**	**162 785 333**
Empréstimos obtidos	14	130 496 391	162 785 333
Passivo corrente		**272 697 541**	**256 447 466**
Provisões	15	4 313 886	5 441 193
Empréstimos obtidos	14	130 579 947	107 628 688
Fornecedores	16	657 404	891 517
Outros passivos financeiros	17	134 432 422	139 951 076
Outros passivos correntes	18	2 713 882	2 534 992
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		**302 736 401**	**420 269 471**

SILOS E TERMINAL GRANELEIRO DA MATOLA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021
(Valores expressos em Meticais)

	Notas	2021	2020
Vendas de bens e de serviços	19	168 582 655	202 872 105
Custos dos inventários vendidos e consumidos	8	(5 930 904)	(10 378 898)
Custos com o pessoal	20	(104 691 044)	(106 918 343)
Fornecimentos e serviços de terceiros	21	(59 199 010)	(86 637 826)
Depreciações e Amortizações	6-7	(37 418 722)	(44 535 065)
Imparidade de contas a receber	9.1	745 961	(1 126 625)
Provisões	15	1 127 307	(827 091)
Outros ganhos e perdas operacionais	22	(14 254 551)	1 839 554
Resultados operacionais		**(51 038 308)**	**(45 712 189)**
Rendimentos financeiros	23	4 270 854	16 520 128
Gastos financeiros	24	(54 726 748)	(58 437 117)
Resultados antes de impostos		**(101 494 202)**	**(87 629 178)**
Imposto sobre o rendimento	25	-	(230 878)
Resultados líquidos do período		**(101 494 202)**	**(87 860 056)**

SILOS E TERMINAL GRANELEIRO DA MATOLA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021
(Valores expressos em Meticais)

	Notas	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes dos impostos		**(101 494 202)**	**(87 629 178)**
Ajustamentos ao resultado relativos a:			
Depreciações e Amortizações	6	37 418 722	44 535 065
Provisões		(1 127 307)	827 089
Perda ou ganhos no abate de activos tangíveis e intangíveis	6-7	46 570 489	1 252 382
Reversão / perda imparidade de contas a receber	8	(745 961)	1 126 625
Fluxo de caixa antes das alterações no fundo de maneio		**(19 378 259)**	**(39 888 017)**
Aumento de inventário		(274 932)	1 132 077
(Redução) / aumento de clientes e outros activos financeiros		9 325 197	(1 783 536)
Aumento de outros activos correntes		(678 603)	263 080
Redução de fornecedores e outros passivos financeiros		(5 752 768)	40 237 372
(Aumento) / redução de outros passivos correntes		178 891	(1 346 734)
Fluxo de caixa de actividades operacionais		**(16 580 474)**	**(1 385 758)**
Impostos pagos – IRPC	25.4	(263 120)	(1 113 918)
Caixa líquida usada nas actividades operacionais		**(16 843 594)**	**(2 499 676)**
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	6	(3 291 721)	(11 745 023)
Recebimentos respeitantes a:			
Venda de activos tangíveis e intangíveis		24 337 564	-
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		**21 045 841**	**(11 745 023)**
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(9 337 682)	(20 530 427)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		**(9 337 682)**	**(20 530 427)**
Variação de caixa e equivalentes de caixa		**(5 135 435)**	**(34 775 126)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		48 431 351	83 206 477
CAIXA E EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		**43 295 918**	**48 431 351**

SILOS E TERMINAL GRANELEIRO DA MATOLA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em Meticais)

	Capital social	Reservas	Resultados transitados e resultado líquido do período	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2020	**245 935 000**	**161 813 470**	**(318 851 743)**	**88 896 727**
Resultado líquido do exercício	-	-	(87 860 056)	**(87 860 056)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**245 935 000**	**161 813 470**	**(406 711 799)**	**1 036 671**
Resultado líquido do exercício	-	-	(101 494 202)	(101 494 202)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**245 935 000**	**161 813 470**	**(508 206 001)**	**(100 457 531)**

IDENTIFICAÇÃO

Designação da entidade:	Silos e Terminal Graneleiro da Matola, SA
Sede:	Língamo 729, Matola- Moçambique
Natureza da actividade:	Manuseamento de Cereais Graneleiros
Data de constituição	9 de Abril de 1996
Número de registo da entidade legal	101236986
NUIT	400018480
Designação da empresa-mãe:	Silos e Terminal Graneleiro da Matola, SA
Sede da empresa-mãe:	Silos e Terminal Graneleiro da Matola, SA
Conselho de Administração:	▪ Prof. Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo ▪ Brighton Olímpio Vaz (MA) ▪ Engª Odete da Conceição Mondlane Tsamba ▪ Dr. Hélio Amândio Simbine ▪ Dr. Abel Gabriel Mabunda ▪ Dra. Mariazinha Niquice ▪ Dr. Gustavo Mavie
Assembleia Geral	▪ Dr. Alfredo Gabriel Luis Caetano Dias ▪ Dr. Manuel Ribeiro Formiga
Conselho Fiscal	▪ Dr. Guilherme Luís Mavila ▪ Dra. Natércia da Natividade Dinis Tivane ▪ Dr. Simão Virgilio Mingas

1. BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiras para as empresas de grande e média dimensão (PGC-NIRF), com base no princípio do custo histórico, excepto para os activos financeiros e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivados) que são registados ao justo valor através dos resultados. As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda Metical, que é a moeda do ambiente económico principal no qual a empresa opera.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas da empresa são consistentes em todos os aspectos materialmente relevantes com as aplicadas em exercícios anteriores, excepto onde for divulgado o contrário.

A. Activos tangíveis

Os activos tangíveis são registados ao custo e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada até ao seu valor residual estimado, com base no método das quotas constantes.

A depreciação começa quando os activos estão prontos para o seu uso pretendido. Quando partes significativas de um item têm vidas úteis diferentes em relação ao item em si, estas partes são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os métodos de depreciação, vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente.

B. Propriedades de investimento

A propriedade de investimento é medida pelo justo valor, que é o montante pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre as partes dispostas em uma transacção independente.

O valor justo deve reflectir o estado real do mercado e as circunstâncias a partir da data do balanço. A melhor evidência de valor justo é dada pelos preços actuais em um mercado de propriedade similar no mesmo local e condição e sujeito a contrato de arrendamento e outros similares.

Os ganhos ou perdas decorrentes de alterações no valor justo das propriedades de investimento estão incluídos no resultado líquido pelo período em que ocorreu.

C. Activos intangíveis

Despesas de patentes, marcas, licenças e *software* de computador adquiridos são capitalizados e amortizados usando o método das quotas constantes ao longo das suas vidas úteis. Os activos intangíveis não são reavaliados. O valor escriturado de cada activo intangível é revisto anualmente e ajustado por imparidade, onde for considerado necessário.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (CONTINUAÇÃO)

D. Imparidade de activos tangíveis e intangíveis excluindo" goodwill"

Em cada data do balanço, a empresa analisa o valor escriturado dos seus activos tangíveis e intangíveis para determinar se existe qualquer indicação de que esses activos sofreram uma perda por imparidade. Se tal indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se houver). Onde o activo não gera fluxos de caixa que são independentes dos outros activos, a empresa estima a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Um activo intangível com vida útil indefinida é testado quanto a imparidade anualmente e sempre que houver uma indicação de que o activo pode estar em imparidade.

A quantia recuperável é o custo mais alto entre o justo valor menos custos de vender e o valor de uso. Ao avaliar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado relativas ao valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo para o qual as estimativas de fluxos de caixa futuros não foram ajustadas.

D. Imparidade de activos tangíveis e intangíveis excluindo" goodwill" (Continuação)

Se o valor recuperável de um activo (ou unidade geradora de caixa) é estimada como inferior ao seu valor escriturado, o valor escriturado do activo (unidade geradora de caixa) é reduzido à sua quantia recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente como um gasto, a menos que o activo em questão esteja escriturado a uma quantia reavaliada, caso em que a perda por imparidade é tratada como decréscimo de reavaliação.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente anulada, o valor escriturado do activo (unidade geradora de caixa) é aumentado para a nova estimativa do seu valor recuperável, de tal forma que o valor escriturado aumentado não exceda o valor escriturado que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida a perda por imparidade do activo (unidade geradora de caixa) em anos anteriores.

A anulação de uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente como rendimento, a menos que o activo em questão esteja escriturado por uma quantia reavaliada, caso em que a anulação da perda por imparidade é tratada como um aumento de reavaliação.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (CONTINUAÇÃO)

E. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor, acrescido dos custos de transacção, onde aplicável, quando a empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, estes instrumentos são mensurados conforme definido abaixo.

Capital próprio e instrumentos do capital próprio

O capital próprio e os instrumentos do capital próprio são inicialmente reconhecidos ao custo na data da transacção.

Em datas do balanço subsequentes, os títulos de dívida que a empresa tem a intenção e capacidade de deter até à maturidade (títulos de dívida detidos até à maturidade) são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade reconhecidas para reflectir quantias irrecuperáveis.

Os prémios ou descontos resultantes da aquisição são amortizados com base no rendimento até à maturidade e são incluídos na demonstração dos resultados.

Os instrumentos de capital e títulos de dívida, excepto os títulos de dívida detidos até à maturidade são classificados como valor justo através dos resultados ou disponíveis para venda, e são mensurados ao justo valor em datas do balanço subsequentes.

Sempre que os instrumentos de capital e de títulos de dívida são detidos para fins de negociação, os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor são incluídos na demonstração dos resultados do período.

Para investimentos disponíveis para venda, os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor são reconhecidas directamente no capital próprio, até que a garantia seja alienada ou seja determinada a imparidade, momento em que o ganho ou perda cumulativo reconhecido anteriormente no capital próprio é incluído na demonstração dos resultados do período.

Empréstimos a receber

Os empréstimos são reconhecidos na data em que o valor é desembolsado.

Em datas do balanço subsequentes os empréstimos a receber são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade reconhecidas para reflectir quantias irrecuperáveis.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e contas a receber originados pela empresa são reportados pelo valor nominal após a dedução de provisões para créditos de cobrança duvidosa.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mensurados ao valor justo, com base nas taxas de câmbio relevantes na data do balanço.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (CONTINUAÇÃO)

E. Instrumentos financeiros (Continuação)

Empréstimos a pagar

Empréstimos com juros são inicialmente registados na data em que os empréstimos são desembolsados, ao valor líquido recebido.

Em datas do balanço subsequentes, os empréstimos com juros são mensurados ao custo amortizado. Os encargos financeiros, incluindo prémios a pagar no momento da liquidação ou resgate e os custos directos de emissão, são contabilizados pelo regime de acréscimo na demonstração dos resultados pelo método da taxa de juro efectiva, e são acrescidos ao valor escriturado do instrumento na medida em que não forem liquidados no período em que ocorrem.

Onde os empréstimos com juros têm *swaps* de taxa de juro que alteram a taxa de juro de fixo para variável ou vice-versa, eles são tratados como itens cobertos e registados ao justo valor. Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor são incluídos na demonstração dos resultados do período.

Quando a empresa tem a intenção de readquirir os seus próprios empréstimos com juros em um

mercado reconhecido, tais empréstimos são reconhecidos como detidos para negociação e são escriturados ao valor justo. Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor são incluídos na demonstração dos resultados do período.

Fornecedores

As contas de fornecedores são registadas ao seu valor nominal.

Cálculo do justo valor

Os investimentos são avaliados ao justo valor baseado nos preços de oferta de compra praticados em bolsas de valores regulamentadas, no fecho do último dia útil de negociação ou antes da data do balanço. O justo valor dos instrumentos de capital próprio não cotado são estimados usando modelos de justo valor aplicáveis. Se um preço de oferta de compra cotado não está disponível para instrumentos a prazo, o justo valor é determinado utilizando modelos de preços ou técnicas de fluxo de caixa descontado. Qualquer instrumento que não tem um preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado fiavelmente é registado ao seu custo, incluindo custos de transacção, menos quaisquer provisões por imparidade.

O justo valor de todos os outros activos financeiros e passivos são calculados actualizando a melhor estimativa de fluxos de caixa futuros usando a taxa de juro livre de risco acrescido de um prémio de risco apropriado.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (CONTINUAÇÃO)

Desreconhecimento

A empresa desreconhece um activo financeiro quando os seus direitos contratuais ao fluxo de caixa do activo financeiro expiram, ou se transfere o activo juntamente com os seus direitos contratuais de receber os fluxos de caixa dos activos financeiros.

A empresa desreconhece um passivo financeiro quando a obrigação especificada no contrato for satisfeita ou cancelada ou expirar.

F. Locações

As locações são classificadas como locações financeiras se os termos da locação transferirem substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade para o locatário. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

F.1. A empresa como locadora

Locações financeiras

As quantias devidas por locatários por locações financeiras são registadas como contas a receber no montante do investimento líquido da empresa nas locações. O rendimento de locações financeiras é alocado aos períodos contabilísticos de forma a reflectir uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da empresa em dívida relativo aos contractos de locações.

Locações operacionais

O rendimento da locação é reconhecido na demonstração dos resultados durante o período da locação com base no método das quotas constantes.

Os activos concedidos sob locações operacionais são incluídos na categoria apropriada do activo no balanço.
Os activos são amortizados ao longo de vida útil esperada de uma forma consistente com activos fixos semelhantes.

F.2. A empresa como locatária

Locações financeiras

Os activos detidos sob locação financeira são reconhecidos como activos da empresa ao seu valor justo ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos de locação, cada um determinado no início da locação. O passivo correspondente ao locador é incluído no balanço como uma obrigação de locação financeira. Os pagamentos da locação são repartidos entre os encargos financeiros e redução da obrigação de locação de forma a atingir uma taxa de juro constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são imputados directamente aos resultados, a menos que sejam directamente atribuíveis aos activos que qualificam, caso em que sejam capitalizados de acordo com a política geral da empresa para custos de empréstimos obtidos.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (CONTINUAÇÃO)

Locações operacionais

Os custos de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o prazo de locação com base no método directo. Quando uma locação operacional é terminada antes o período da locação expirar, qualquer pagamento a ser efectuado ao locador a título de penalização é reconhecido como um gasto no período em que a rescisão ocorre.

As rendas a pagar sob locações operacionais são imputadas aos resultados através do método das quotas constantes durante o prazo da respectiva locação, os benefícios recebidos e a receber como incentivo para entrar numa locação operacional são também dispersos através do método das quotas constantes durante o prazo da locação.

G. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva na presente resultante de eventos passados, para a qual seja provável que uma saída de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar a obrigação e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

H. Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro reportado na demonstração dos resultados, porque exclui itens de rendimentos e gastos que são tributáveis ou dedutíveis em outros anos e ainda exclui itens que nunca são tributáveis ou dedutíveis. O passivo da empresa por imposto corrente é calculado com base em taxas de impostos que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

I. Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido usando o método do passivo do balanço para todas as diferenças temporárias, a menos que especificamente isentos, às taxas de impostos que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Um activo por imposto diferido representa a quantia de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias dedutíveis, o transporte de prejuízos fiscais não utilizados e o transporte de créditos fiscais não utilizados. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Um passivo por imposto diferido representa a quantia de imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias, a menos que especificamente isentos.

Os activos ou passivos por impostos diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do goodwill ou do reconhecimento inicial (excepto numa combinação de actividades empresariais) de outros activos e passivos numa transacção que não afecte nem o lucro tributável nem o lucro contabilístico.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (CONTINUAÇÃO)

J. Reconhecimento de rédito

O rédito é reconhecido somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

1) As partes do contrato aprovaram o contrato (por escrito, como prática comercial) e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
2) A entidade pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
3) A entidade pode identificar as condições de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
4) O contrato tem substância comercial (ou seja, o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade devem mudar como resultado do contrato); e
5) É provável que a entidade receba a contraprestação a que terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos para o cliente. Ao avaliar se a possibilidade de cobrança de uma quantia de retribuição é provável, uma entidade deve considerar apenas a capacidade do cliente e a intenção de pagar esse montante de retribuição quando é devido. O valor da contraprestação ao qual a entidade terá direito pode ser menor que o preço estabelecido no contrato, se a contraprestação for variável, porque a entidade pode oferecer ao cliente uma concessão de preço.

K. Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas, no reconhecimento inicial, à taxa de câmbio na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio na data de liquidação ou na data do balanço, conforme a que ocorrer primeiro. As diferenças de câmbio sobre a liquidação ou conversão de activos e passivos monetários estão incluídos nos resultados do período em que elas ocorrem.

L. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos (líquidos de rendimentos relacionados com o investimento temporário de empréstimos específicos que aguardam o seu dispêndio em activos que se qualificam) directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de bens que necessariamente levam um período substancial de tempo para se tornarem disponíveis para o uso pretendido ou venda, são adicionados ao custo desses activos, até que os activos estejam substancialmente prontos para seu uso pretendido ou venda. Todos os outros custos de empréstimos são registados nos resultados do período em que são incorridos.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (CONTINUAÇÃO)

M. Subsídios do Governo

Os subsídios do governo relativos a activos incluindo os subsídios não monetários são mensurados pelo justo valor e apresentados ou como rendimento diferido ou deduzindo o subsídio ao activo.

Se o subsídio for registado como rendimento diferido é transferido para rendimento através de uma base sistemática e racional durante a vida útil do activo.

Se o subsídio for registado através da dedução à quantia do activo, é reconhecido como rendimento durante a vida do activo depreciável por via de um gasto menor de depreciação.

Os subsídios do governo relacionados com rendimentos são apresentados ou como créditos na demonstração dos resultados, ou como deduções ao correspondente gasto.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CONTABILÍSTICOS

A preparação das demonstrações financeiras e respectivas divulgações que estão em conformidade com o PGC-NIRF exige que a administração efectue estimativas e pressupostos que afectam as quantias escrituradas de activos e passivos e a divulgação dos activos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas utilizadas pela empresa são como segue:

3.1. Revisões de imparidade

A administração efectua um teste anual de imparidade para os activos do terminal. O teste de imparidade é efectuado se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que a quantia escriturada de um activo poderá não ser recuperada.

O teste de imparidade é uma área que envolve o julgamento da administração, exigindo uma avaliação sobre se o valor escriturado dos activos pode ser suportado pelo montante mais alto entre o justo valor menos custos para vender e o valor de uso.

A empresa usa entidades externas com o conhecimento necessário para determinar o justo valor menos custos para vender dos seus activos.

3.2. Reconhecimento de passivos por impostos diferidos

O reconhecimento de passivos por impostos diferidos depende de até que ponto é provável que haverá lucros tributáveis no futuro, contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis podem ser utilizadas.

O reconhecimento envolve, portanto, o julgamento sobre o futuro desempenho financeiro da Empresa.

3.PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CONTABILÍSTICOS (CONTINUAÇÃO)

3.3. Estimativa de vida útil e valores residuais

O gasto relativo às amortizações do período é obtido depois da determinação da vida útil esperada e do valor residual esperado do activo. O aumento da vida útil do activo ou do valor residual estimado resultaria num gasto de amortizações reduzido na demonstração de resultados.

A estimativa da vida útil é baseada em certos indicadores tais como a experiência histórica com activos similares bem como a antecipação de eventos futuros, os quais podem afectar a sua vida, tais como as mudanças na tecnologia. A vida útil dependerá também do futuro desempenho dos activos assim como do julgamento da administração sobre o período ao longo do qual os benefícios económicos serão obtidos do activo.

Historicamente, as alterações na vida útil e valores residuais não resultaram em variações materiais no gasto das amortizações da Empresa.

3.4. Continuidade das Operações

O Stema teve um resultado líquido negativo de 101 494 202 Meticais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 (2020: 87 860 056 Meticais) e, naquela data, o passivo corrente excedia o activo corrente em 191 399 102 Meticais (2020: 162 651 014 Meticais). E o capital próprio não está em conformidade com o Artigo 119º do Código Comercial.

Adicionalmente, existe um estudo a ser levado a cabo pelo Instituto de Gestão de Participações do Estado (IGEPE), através da Intellica, com vista a reestruturar quatro empresas públicas, na qual a STEMA, SA consta, e em função dos resultados aventa-se a possibilidade de venda de Participação Social do Estado na STEMA, SA, para um parceiro com capacidade de angariar negócios.

As situações acima descritas, associada ao ponto de situação actual da avaliação, tanto avaliação patrimonial como a financeira apresentam valores superiores ao valor actual da entidade, e indicam a existência de continuidade da empresa. Neste sentido, a entidade continuará a implementar as medidas com vista a melhorar cada vez mais a situação económico financeira através das seguintes acções:

a) Promover a injecção do capital com vista a conformar o capital próprio com o artigo 119 do Código Comercial;

b) Reduzir e reestruturar o nível das despesas financeiras, através da redução da Dívida com o Moza Banco com a venda da casa hipotecada a este financiamento;

c) Reduzir a divida com os fornecedores;

d) Aumentar o volume de negócios da empresa (angariar clientes na região para exportações) e optimizar os custos das operações.

Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita a situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos activos, a entidade considera que se mantém aplicável o princípio de continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

4. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILISTICAS, DE ESTIMATIVAS DE ERROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios. No entanto houve necessidade de reclassificar activos e passivos de financeiros para correntes por forma a reflectir a real natureza dos saldos.

	Saldo anteriormente reportado 2020	Reclassificação	Saldo 2020
Efeitos no balanço			
Outros activos financeiros	2 577 409	(77 060)	2 500 349
Outros activos correntes	815 585	(208 765)	606 820
	3 392 994	**(285 825)**	**3 107 169**
Efeitos nos passivos não correntes			
Empréstimos obtidos	215 844 434	(53 059 101)	162 785 333
Empréstimos obtidos - curto prazo	54 569 587	53 059 101	107 628 688
	270 414 021	**-**	**270 414 021**
Efeitos no passivo correntes			
Outros passivos financeiros	140 526 901	(575 825)	139 951 076
Outros passivos correntes	2 244 992	290 000	2 534 992
	142 771 893	**(285 825)**	**142 486 068**

5. CONTRATO DE SUBCONCESSÃO

Em 13 de Julho de 1993, os CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, EE - Empresa pública com o direito exclusivo de gerir e alienar as instalações portuárias e o Stema celebraram um acordo comercial relativa concessão de exploração do Terminal de Cereais da Matola com duração de 50 anos. Após o término do período de concessão, todos os activos da área de concessão serão revertidos aos CFM.

6. ACTIVOS TANGÍVEIS

	Custo	Amortizações acumuladas	Quantia registada
2021			
Construções	245 942 360	(215 217 388)	30 724 972
Equipamento básico	426 676 077	(238 841 003)	187 835 074
Mobiliário e equipamento administrativo e social	14 890 106	(12 153 494)	2 736 612
Equipamento de transporte	21 343 543	(21 334 456)	9 087
Taras e vasilhames	29 115	(24 748)	4 367
Ferramentas e utensílios	674 654	(546 804)	127 850
Investimentos em Curso	-	-	-
	709 555 855	**(488 117 893)**	**221 437 962**
2020			
Construções	273 406 645	(219 423 102)	53 983 543
Equipamento básico	440 536 691	(218 647 062)	221 889 629
Mobiliário e equipamento administrativo e social	15 265 255	(13 903 278)	1 361 977
Equipamento de transporte	32 254 441	(23 492 507)	8 761 934
Taras e vasilhames	29 115	(23 292)	5 823
Ferramentas e utensílios	608 853	(533 395)	75 458
Investimentos em Curso	29 072 502	-	29 072 502
	791 173 502	**(476 022 636)**	**315 150 866**

6. ACTIVOS TANGÍVEIS (CONTINUAÇÃO)

Reconciliação - 2021

	Saldo inicial	Aumentos	Transferências / abates	Total
Valor bruto				
Construções	273 406 645	1 506 358	(28 970 643)	245 942 360
Equipamento básico	440 536 691	1 613 187	(15 473 802)	426 676 076
Mobiliário e equipamento administrativo e social	15 265 255	172 176	(547 324)	14 890 107
Equipamento de transporte	32 254 441	-	(10 910 898)	21 343 543
Taras e vasilhames	29 115	-	-	29 115
Ferramentas e utensílios	608 852	-	65 802	674 654
Investimentos em Curso	29 072 502	-	(29 072 502)	-
	791 173 502	**3 291 721**	**(84 909 368)**	**709 555 855**
Amortizações				
Construções	(219 423 102)	(6 950 286)	10 896 464	(215 476 924)
Equipamento básico	(218 647 062)	(29 105 645)	8 979 521	(238 773 186)
Mobiliário e equipamento administrativo e social	(13 903 278)	(961 576)	2 805 557	(12 059 297)
Equipamento de transporte	(23 492 507)	(385 194)	2 560 740	(21 316 961)
Taras e vasilhames	(23 292)	(1 455)	-	(24 747)
Ferramentas e utensílios	(533 394)	(14 566)	81 182	(466 778)
	(476 022 635)	**(37 418 722)**	**25 323 464**	**(488 117 893)**
Quantia registada	**315 150 866**			**221 437 962**

Reconciliação - 2020

	Saldo inicial	Aumentos	Transferências / abates	Total
Valor bruto				
Construções	273 406 645	-	-	273 406 645
Equipamento básico	440 029 454	507 237	-	440 536 691
Mobiliário e equipamento administrativo e social	13 417 562	1 847 693	-	15 265 255
Equipamento de transporte	27 734 095	9 324 292	(4 803 946)	32 254 441
Taras e vasilhames	29 115	-	-	29 115
Ferramentas e utensílios	543 052	65 801	-	608 853
Investimentos em Curso	29 072 502	-	-	29 072 502
	784 232 425	**11 745 023**	**(4 803 946)**	**791 173 502**
Amortizações				
Construções	(209 564 891)	(10 003 819)	-	(219 568 710)
Equipamento básico	(188 539 096)	(29 984 926)	-	(218 524 022)
Mobiliário e equipamento administrativo e social	(12 484 395)	(1 418 886)	-	(13 903 281)
Equipamento de transporte	(23 922 602)	(3 121 459)	3 551 552	(23 492 509)
Taras e vasilhames	(21 837)	(1 456)	-	(23 293)
Ferramentas e utensílios	(528 877)	(4 518)	-	(533 395)
	(435 061 698)	**(44 535 064)**	**3 551 552**	**(476 045 210)**
Quantia registada	**349 170 727**			**315 128 292**

Foram entregues como garantia de passivos:

- parte do equipamento Industrial do centro de controle de máquinas avaliado aquando da concessão do crédito, em aproximadamente USD 5 600 000.
- um imóvel localizado no condomínio da Villa Sol avaliado aquando dos empréstimos em USD 233.000, contravalor em Meticais de MZN 14.322.510,00.

A vida útil estimada dos activos tangíveis para o exercício corrente é como segue:

Construções	20 a 50 anos
Edifícios básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	3 a 10 anos
Mobiliário e equipamento administrativo e social	4 a 10 anos
Ferramentas e utensílios	3 a 6 anos
Taras e vasilhames	3 a 10 anos

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

	Custo	Transferências / abates	Quantia registada
2021			
Investimento em curso	-	-	-
	-	-	-

	Custo	Amortizações acumuladas	Quantia registada
2020			
Programas informáticos e outros activos intangíveis	1 831 750	(1 831 750)	-
Investimento em curso	11 322 153	-	11 322 153
	13 153 903	**(1 831 750)**	**11 322 153**

Reconciliação – 2021

	Saldo inicial	Aumentos	abates	Total
Custo				
Investimento em curso	11 344 714	-	(11 344 714)	-
	11 344 714	**-**	**(11 344 714)**	**-**

Reconciliação – 2020

	Saldo inicial	Aumentos	abates	Total
Programas informáticos e outros activos intangíveis	1 831 750	-	-	1 831 750
Investimento em curso	11 322 153	-	-	11 322 153
	13 153 903			**13 153 903**
Amortizações				
Programas informáticos e outros activos intangíveis	(1 831 750)	-	-	(1 831 750)
Quantia registada	**11 322 153**			**11 322 153**

8. INVENTÁRIO

Combustíveis e Lubrificantes **(Nota 8.1)**	173 130	239 955
Peças e sobressalentes **(Nota 8.1)**	10 963 484	10 615 970
Matérias diversos **(Nota 8.1)**	295 584	301 341
	11 432 198	**11 157 266**

8.1 Reconciliação do inventário

Saldo inicial	11 157 266	12 289 343
Compras	6 205 836	9 246 821
Custo dos inventários produzidos e consumidos	(5 930 904)	(10 378 898)
	11 432 198	**11 157 266**

9. CLIENTES

Terceiros	14 089 818	41 184 798
Imparidade de contas a receber **(nota 9.1)**	(8 925 490)	(28 943 333)
	5 164 328	**12 241 465**

9.1. Imparidade de contas a receber

Saldo inicial	28 943 333	27 816 708
Utilização	(19 271 882)	(1 480 000)
Aumento	-	2 606 625
Reversão	(745 961)	-
	8 925 490	**28 943 333**

10. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Devedores trabalhadores	6 000	286 950
Outros Devedores	2 272 229	3 071 411
Juros por receber	193 030	614 997
Imparidade de outros devedores	(1 473 010)	(1 473 010)
	998 249	**2 500 348**

11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Gastos diferidos	791 243	723 447
Adiantamentos a fornecedores	494 181	(116 627)
	1 285 424	**606 820**

12. CAIXA E BANCOS

Bancos		
Depósitos à ordem – moeda nacional	13 829 275	9 531 511
Depósitos à ordem – moeda estrangeira	29 436 403	38 858 602
	43 265 678	**48 390 113**
Caixa		
Moeda nacional	7 925	12 863
Moeda estrangeira	22 315	28 375
	30 240	**41 238**
	43 295 918	**48 431 351**

13. CAPITAL SOCIAL

	2021		2020	
	MT	%	MT	%
IGEPE	137 723 600	56%	137 723 600	56%
Direcção Nacional de Tesouro	108 211 400	44%	108 211 400	44%
	245 935 000	**100%**	**245 935 000**	**100%**

O capital social encontra-se totalmente subscrito e realizado.

14. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não corrente			
Empréstimo Moza banco	a)	40 022 699	51 957 021
Empréstimo BNI	b)	90 473 692	110 828 312
		130 496 391	**162 785 333**
Corrente			
IGEPE - Accionista	a)	85 485 908	54 569 587
Moza Banco – Curto Prazo	b)	6 319 373	14 844 889
Empréstimo BNI	c)	38 774 666	38 214 212
		130 579 947	**107 628 688**
		261 076 338	**270 414 021**

14. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (CONTINUAÇÃO)

a) Empréstimo de longo prazo no montante global de 3 000 000 USD convertível para Meticais na data do desembolso. Este financiamento foi concebido para a reparação do equipamento danificado pelo incêndio de Dezembro de 2015. Foi reestruturado por conta do pressuposto de pagamento pelos accionistas de 50% da divida e os respectivos juros no seguinte termo: i) STEMA, SA no montante 90 676 406,49 MT com vencimento de juros à taxa PLR-SF acrescido de um Spread de 2,75% reembolsado em 24 prestações trimestrais e sucessivas, ii) IGEPE no montante de 90 676 406,49 MT, à taxa de juros de 18.65 por 25 meses. Foram entregues como garantia parte dos equipamentos do Centro de Controle de Máquinas (MCC).

b) Reestruturada para empréstimo de médio longo prazo no montante de 70 513 110,00MTa facilidade de Curto Prazo concedida em forma de Crédito Documentário para a importação de Cereais aprovada no montante de 339.150.000,00 Meticais, equivalente a USD 5.000.000,00 ao cambio de 67,83. A actual facilidade vence juros à taxa PLR-SF acrescida de um Spread de 1% com pagamento trimestral de 20 prestações. Foram entregues como garantias depósitos a prazo de USD 457.304, hipoteca de dois imóveis localizados no condomínio da Villa Sol avaliados no valor de USD 215.000 e USD 233.000, contravalor em Meticais de MZN 13.327.850,00 e MZN 14.322.510uik respectivamente.

c) Empréstimo de longo prazo no montante global de 3 000 000 USD convertível para Meticais na data do desembolso. Este financiamento foi concebido para a reparação do equipamento danificado pelo incêndio de Dezembro de 2015. Foi reestruturado por conta do pressuposto de pagamento pelos accionistas de 50% da divida e os respectivos juros no seguinte termo: i) STEMA, SA no montante 90 676 406,49 MT com vencimento de juros à taxa PLR-SF acrescido de um Spread de 2,75% reembolsado em 24 prestações trimestrais e sucessivas, ii) IGEPE no montante de 90 676 406,49 MT, à taxa de juros de 18.65 por 25 meses. Foram entregues como garantia parte dos equipamentos do Centro de Controle de Máquinas (MCC).

15. PROVISÕES

Provisões para férias **(Nota 15.1.)**	4 313 886	5 441 193
	4 313 886	**5 441 193**

15.1. Provisão para férias

Saldo inicial	5 441 193	4 614 103
Aumento	-	827 090
Utilização	(1 127 307)	-
	4 313 886	**5 441 193**

A provisão para férias está relacionada com o direito de férias dos empregados e que podem ser pagáveis no momento em que deixam a empresa. A provisão é reconhecida a medida em que os empregados prestam serviços à empresa que aumentam o seu direito a férias a pagar no futuro. A provisão é utilizada quando os empregados com direito a férias deixam o emprego ou quando o valor devido por férias é utilizado.

16. FORNECEDORES

Terceiros	657 404	891 517
	657 404	**891 517**

17. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Acréscimos de juros a pagar	5 764 742	33 942 674
Acréscimos de gastos	11 145 270	10 120 853
Credores trabalhadores	-	895 681
Credores diversos	117 522 410	94 991 868
	134 432 422	**139 951 076**

18. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Estado - IRPS	1 307 233	1 258 062
Estado - IVA	739 233	656 154
Estado - INSS	340 429	330 776
Caução de renda	290 000	290 000
Adiantamento de clientes	36 988	-
	2 713 883	**2 534 992**

19. VENDAS DE BENS E DE SERVIÇOS

Vendas de produtos	176 732	4 426 802
Prestação de Serviços	168 405 923	198 445 303
	168 582 655	**202 872 105**

20. CUSTOS COM O PESSOAL

Remunerações aos trabalhadores	96 724 857	97 315 529
Alimentação	3 726 483	5 078 254
Encargos com Segurança Social	2 558 795	2 729 807
Assistência Médica e Medicamentosa	1 024 515	966 398
Seguros de acidentes trabalho	628 344	712 931
Outros gastos com pessoal	28 050	115 424
	104 691 044	**106 918 343**

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

	2021	2020
Royalties	21 846 764	41 737 172
Seguros	11 136 638	13 783 920
Electricidade	6 967 867	10 097 069
Comunicações	1 910 131	2 806 817
Manutenção e reparação	3 064 127	2 870 580
Honorários	2 151 331	1 814 959
Rendas e alugueres	2 683 200	3 714 262
Vigilância e segurança	2 676 000	2 721 211
Combustíveis	1 781 581	1 804 614
Publicidade e propaganda	607 049	292 903
Consumíveis informáticos	131 256	35 780
Trabalhos Especializados	1 490 893	1 361 983
Água	241 028	145 263
Material de escritório	3 313	6 938
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	18 584	69 104
Transporte de carga	-	5 000
Material de manutenção e reparação	14 465	40 194
Despesas de representação	-	21 865
Outros fornecimentos	2 474 783	3 308 192
	59 199 010	**86 637 826**

22. OUTROS GANHOS E PERDAS OPERACIONAIS

Perdas		
Perdas em inventários	(6 009)	-
Patrocínio e ofertas diversas	(10 000)	(41 288)
Impostos e taxas	(1 180 229)	(873 584)
Perdas na alienação de activos tangíveis	(30 138 544)	(317 842)
Outros	-	(252 130)
	(31 334 782)	**(1 484 844)**
Ganhos		
Rendas e alugueres	2 094 164	2 699 489
Ganhos em activos tangíveis	7 954 218	365 448
Outros Ganhos	7 031 849	259 461
	17 080 231	**3 324 398**
	(14 254 551)	**1 839 554**

23. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Diferenças de câmbio favoráveis	3 864 858	1 224 053
Juros obtidos	405 996	15 296 075
	4 270 854	**16 520 128**

24. GASTOS FINANCEIROS

Diferenças de câmbio desfavoráveis	11 939 726	52 377 835
Juros suportados	42 509 309	5 289 096
Serviços bancários	277 713	770 186
	54 726 748	**58 437 117**

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Imposto diferido	-	230 878
	-	**230 878**

25.1. Prejuízo fiscal

Prejuízo contabilístico	(101 494 202)	(87 629 178)
Ajustamentos ao lucro contabilístico relativos a:		
Diferenças permanentes	2 758 196	16 429 339
Diferenças temporárias tributáveis	34 068 580	(5 551 935)
	(64 667 426)	**(76 751 774)**

25.2 Prejuízo fiscal não utilizado

Saldo inicial	(412 330 684)	(335 578 910)
Aumento do prejuízo fiscal	(64 667 426)	(76 751 774)
Saldo final	**(476 998 110)**	**(412 330 684)**

A data de vencimento para o prejuízo fiscal não utilizado é a seguinte:

	2021		2020	
Prejuízo fiscal referente a:	**MZN**	**Validade**	**MZN**	**Validade**
2021	(64 667 426)	31-12-2026	-	-
2020	(76 751 774)	31-12-2025	(76 751 774)	31-12-2025
2019	(164 687 102)	31-12-2024	(164 687 102)	31-12-2024
2018	(170 891 808)	31-12-2023	(170 891 808)	31-12-2023

Embora a empresa apresente prejuízos fiscais, não se encontra reconhecido o activo por imposto diferido decorrente dos prejuízos fiscais pelo facto de não apresentar evidências de obtenção de lucros futuros dentro do período de validade fiscal.

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (CONTINUAÇÃO)

25.3. Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2021		2020	
	MT	%	MT	%
Imposto sobre lucro contabilístico	(32 478 145)	32%	(28 041 337)	32%
Gastos e perdas não dedutíveis	11 784 568	(12%)	5 257 389	(6%)
Efeito dos prejuízos fiscais não utilizados não reconhecidos como imposto diferido	20 693 577	(20%)	22 783 948	(26%)
Ajustamento do exercício anterior	-	-	230 878	0%
	-	-	230 878	(3%)

25.4. Reconciliação - Impostos a recuperar

Saldo inicial	18 859 202	17 745 284
Pagamentos por conta e retenções na fonte	100 000	100 000
Outras retenções na fonte	163 120	1 013 918
Saldo final	**19 122 322**	**18 859 202**

25.5. Activos por impostos diferidos

Reconciliação		
Passivo / activos por impostos diferidos no início do exercício	-	230 878
Débito / (crédito) na demonstração de resultados	-	2 585 510
Activos / passivo por impostos diferidos no fim do exercício	-	2 816 388

26. TRANSACÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	2021	2020
Contas a pagar	**85 485 908**	**54 569 587**
IGEPE	85 485 908	54 569 587

26.1. Relação

Entidade	Relação
IGEPE	Accionista
Direcção Nacional do Tesouro	Accionista

27. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

27.1. Compromissos de investimentos de capital

Compromissos de despesas ainda não contratados à data do balanço:		
Activos tangíveis	11 800 000	26 799 690
	11 800 000	26 799 690

27.2. Compromissos de locações operacionais

	Menos de 12 meses	Mais de 1 e menos de 2 anos	Mais de 2 e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2021					
Renda	2 764 349	5 528 698	13 821 745	60 815 678	**82 930 470**
2020					
Renda	2 474 246	5 136 534	12 841 336	59 070 149	**79 522 265**

27.3. Contingências fiscais

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de 5 anos, podendo resultar eventuais correcções de impostos, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento de legislação fiscal, nomeadamente em sede da Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). A administração acredita que a empresa cumpriu com todas as suas obrigações fiscais.

27.4. Passivos contingentes

- Foi movido pela Thoresen Shipping, Ld contra a STEMA e os CFM uma acção relacionada com o incêndio ocorrido em Dezembro de 2015 provocado por desconhecidos que, da tentativa de roubo combustível no terminal de combustível que estava sob gestão dos CFM, resultou uma explosão num dos barcos dos meliantes que se alastrou e atingiu a embarcação da Thoresen que se encontrava a descarregar cereais no terminal da Stema. A Stema não teve nenhuma responsabilidade pelo evento já que não se comportou por acção ou omissão por forma a provocar tal resultado, sendo, inclusive uma vítima que sofreu avultados danos materiais.

- A Inspecção Geral do Trabalho atribui em 2017 uma multa no valor de 11 763 068 MT ao Stema, SA, alegadamente por haver esta violado as regras impostas para a contratação de mão - de - obra estrangeira, aquando da reparação pós incêndio. No caso, a entidade não contratou directamente colaboradores estrangeiros, tendo apenas lançado um concurso para reparação onde ganhou uma a empresa internacional e firmou um contrato com esta entidade. Entende-se que não só não houve violação da lei por parte da Stema, como também, os valores arbitrados estavam fora do âmbito da lei. Entretanto, este processo não corre em nenhum tribunal.

28. GESTÃO DE RISCO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS

28.1. Gestão do risco de capital

A Empresa gere o seu capital de forma a assegurar que a Empresa se mantém operacional enquanto maximiza o retorno aos sócios.

A estrutura do capital da Empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A Empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado como a relação entre a dívida líquida (conforme definida abaixo) e o capital próprio ajustado (conforme definido abaixo).

A dívida líquida consiste em empréstimos sujeitos a juros, empréstimos dos sócios, empréstimos dos sócios exteriores, outras dívidas de longo prazo, caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio ajustado consiste em capital social, lucros acumulados e reservas não distribuíveis.

O rácio da dívida líquida em relação capital próprio (rácio de alavancagem) no final do período era conforme segue:

28.2. Gestão do risco de capital

	2021	2020
Dívidas	(261 076 338)	(270 414 021)
Caixa e equivalentes de caixa	43 295 918	48 431 351
Dívida líquida	**(217 780 420)**	**(221 982 670)**
Capital próprio ajustado	(100 457 531)	(1 036 671)
Rácio de alavancagem	217%	21413%

A Empresa não tem contratos de financiamento que imponham certos requisitos em matéria de gestão de capital.

28.3. Justo valor

O valor escriturado dos activos e passivos financeiros da empresa aproxima-se do seu justo valor.

28. GESTÃO DE RISCO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS (CONTINUAÇÃO)

28.4. Categorias de instrumentos financeiros

	2021	2020
Empréstimos e contas a receber	**49 458 495**	**63 173 164**
Clientes	5 164 328	12 241 465
Outros activos financeiros	998 249	2 500 348
Caixa e equivalentes de caixa	43 295 918	48 431 351
Passivos financeiros ao custo amortizado	**396 166 164**	**411 256 614**
Empréstimos	261 076 338	270 414 021
Fornecedores	657 404	891 517
Outros passivos financeiros	134 432 422	139 951 076
Activos financeiros líquidos	**(346 707 669)**	**(348 083 450)**

28.5. Gestão do risco financeiro

A Empresa não transacciona instrumentos financeiros, mas, no curso normal das suas operações, a Empresa está principalmente exposta ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

Com vista a gerir estes riscos, a Empresa poderá entrar em transacções que fazem uso de instrumentos financeiros. O Grupo desenvolveu um processo de gestão de risco abrangente para facilitar, controlar e monitorar estes riscos. O processo inclui a normal documentação de políticas, incluindo limites, controlos e estruturas de reporte. A administração executiva e o Conselho de Administração são responsáveis pelas actividades de gestão de risco na Empresa.

28.5.1. Gestão do risco cambial

A empresa está exposta ao risco de que a taxa de câmbio do Dólar Norte-Americano em relação às moedas em que a empresa transacciona, possa mudar de uma forma que tenha um efeito material sobre os valores escriturados dos seus activos e passivos. Os instrumentos derivados cambiais são usados para gerir este risco quando necessário e quando aprovado pela administração.

28. GESTÃO DE RISCO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS (CONTINUAÇÃO)

28.5. Gestão do risco financeiro (continuação)

28.5.1. Gestão do risco cambial (continuação)

O valor escriturado dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira é resumido como segue:

	Dólar norte-americano (USD)	Rand sul-africano (ZAR)
2021		
Activos financeiros		
Bancos	29 357 824	22 252
	29 357 824	**22 252**
Passivos financeiros		
Fornecedores	(16 374 014)	(178 331)
	(16 374 014)	**(178 331)**
Activos financeiros líquidos	**(12 983810)**	**(156 079)**
2020		
Activos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	38 858 677	28 300
Outros activos financeiros	27 588 871	-
	66 447 548	**28 300**
Passivos financeiros		
Fornecedores	(14 277 555)	(307 962)
	(14 277 555)	**(307 962)**
Activos financeiros líquidos	**52 169 993**	**(279 662)**

As taxas de câmbio de fecho em relação ao Metical (MZN) são as seguintes:

	2021	2020
Rand Sul-africano (ZAR)	4.01	5.10
Dólar Norte-americano (USD)	63.83	74.89

28. GESTÃO DE RISCO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS (CONTINUAÇÃO)

28.5. Gestão do risco financeiro (continuação)

28.5.1. Gestão do risco cambial (continuação)

Análise de sensibilidade da moeda estrangeira

O Rand Sul-africano, o Dólar Norte-Americano e o Euro são as moedas principais a que a Empresa está exposta. A tabela a seguir indica a sensibilidade da Empresa no final do ano para indicar os movimentos do Rand Sul-africano, do Dólar Norte-Americano e do Euro sobre instrumentos financeiros. As taxas de sensibilidade representam a avaliação da administração sobre uma possível mudança das taxas de câmbio de reporte.

	USD		ZAR	
	10% Aumento	10% Diminuição	10% Aumento	10% Diminuição
2021				
Ganho / (perda)	1 298 381	(1 298 381)	(15 608)	15 608
Activos financeiros	2 935 782	(2 935 782)	2 225	2 225
Passivos financeiros	(1 637 401)	1 637 401	(17 833)	17 833
2020				
Ganho / (perda)	6 644 755	(6 644 755)	2 830	(2 830)
Activos financeiros	(1 427 755)	1 427 755	(30 796)	30 796
Passivos financeiros	5 217 000	(5 217 000)	(27 966)	27 966

28.5.2. Risco de crédito

O risco de crédito da empresa é principalmente atribuível às contas de clientes e outros devedores. A exposição ao risco de crédito é monitorada pela administração numa base contínua. Os montantes apresentados no balanço são líquidos das provisões para créditos de cobrança duvidosa, estimadas pela administração da empresa com base na experiência anterior. A empresa não tem uma concentração significativa do risco de crédito para a qual não tenha sido criada provisão para créditos de cobrança duvidosa no final do período.

O montante escriturado dos activos financeiros representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito sem ter em consideração qualquer caução prestada:

	Risco de crédito máximo 2021	Risco de crédito máximo 2020
Clientes	5 164 328	12 241 465
Outros activos financeiros	998 249	2 500 348
Caixa e equivalentes de caixa	43 295 918	48 431 351
	49 458 495	**63 173 164**

28. GESTÃO DE RISCO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS (CONTINUAÇÃO)

28.5. Gestão do risco financeiro (continuação)

28.5.2. Risco de crédito (continuação)

Clientes: risco de crédito

A empresa avaliou todos os saldos de clientes vencidos quanto à sua recuperabilidade e acredita que a sua qualidade de crédito se mantém intacta. Uma decomposição dos saldos de clientes vencidos, mas sem imparidade é apresentada como segue:

	2021	2020
Vencidos entre 1-30 dias	5 960 122	8 205 678
Vencidos entre 31-60 dias	6 127	1 586 423
Vencidos há mais de 90 dias	8 123 569	31 392 645
	14 089 818	**41 184 746**

28.5.3. Gestão do risco da taxa de juro

A empresa está exposta ao risco de taxa de juro de fluxos de caixa em relação aos seus empréstimos de taxa variável e aplicações financeiras de curto prazo, o que pode ter impacto sobre os fluxos de caixa desses instrumentos. A exposição ao risco de taxa de juro é gerida através do sistema de gestão de tesouraria, que permite a empresa maximizar retornos enquanto minimiza riscos.

A quantia escriturada dos instrumentos financeiros da empresa sujeitos a juros à data do balanço é resumida como segue:

	2021	2020
Bancos	43 265 678	48 390 113
Empréstimos obtidos	(261 076 338)	(270 414 021)
	(217 810 660)	**(222 023 908)**

Sensibilidade da taxa de juro

O impacto de um aumento / redução de 50 pontos-base nas taxas de juro, com todas as outras variáveis constantes terá um efeito de 1 089 053 Meticais (2020: 1 110 120 Meticais) de aumento/ redução no lucro antes de impostos.

28.5.4. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que a empresa poderá ser incapaz de cumprir com um compromisso financeiro em algum lugar ou moeda. Este risco é minimizado através da retenção de saldos de caixa, utilização de facilidades de crédito e assistência do grupo, conforme detalhado nas notas 13 e 15. Adicionalmente, são preparadas e revistas regularmente previsões de fluxos de caixas de modo que as necessidades de caixa da empresa sejam geridas de acordo com os seus requisitos.

A tabela seguinte detalha a maturidade contratual dos passivos financeiros não derivados da empresa. A tabela foi compilada com base nos fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a empresa poderá ser solicitada a pagar o passivo:

28. GESTÃO DE RISCO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS (CONTINUAÇÃO)

28.5. Gestão do risco financeiro (continuação)

28.5.4. Gestão de Risco de liquidez (continuação)

	Menos de 12 meses	Mais de 1 e menos de 2 anos	Mais de 2 e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2021					
Empréstimos obtidos	130 579 947	130 496 391	-	-	261 076 338
Fornecedores	657 403	-	-	-	657 403
Outros passivos financeiros	134 432 422	-	-	-	134 432 422
	265 669 772	**130 496 391**	**-**	**-**	**396 166 163**
2020					
Empréstimos obtidos	107 628 688	162 785 333	-	-	270 414 021
Fornecedores	891 517	-	-	-	891 517
Outros passivos financeiros	139 951 076	-	-	-	139 951 076
	248 471 281	**162 785 333**	**-**	**-**	**411 256 614**

29. IMPACTO DO COVID 19

Durante o exercício económico 2021, não obstante a dificuldade de tesouraria, com recurso a capitais próprios, houve um grande esforço de honrar com as obrigações financeiras, fiscais e assegurou-se a manutenção de equipamentos para o seu pleno funcionamento.

Não obstante ter-se desenvolvido um grande esforço de marketing visando, por um lado, atrair a Expedição Marítima de produtos sul-africanos de modo a aumentar o volume de negócios, as dificuldades na fronteira, agravadas pelo impacto negativo da COVID-19, impediram que isso acontecesse. Por outro lado, ao nível de Recebimentos Marítimos, a STEMA, SA continua dependente dos volumes importados pelas moageiros. A diminuição do consumo de derivados do trigo, decorrentes do declínio da capacidade de compra, também como reflexo da COVID-19 e a adopção de produtos sucedâneos por moçambicanos, forçou aquelas a importarem menos.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Não se verificaram factos ou circunstâncias de natureza material ocorridos entre o final do ano e a data destas demonstrações que possam ter um efeito significativo sobre os resultados e a posição financeira da empresa.